

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.633 - SP (2016/0324871-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADOS : DENIS ATANAZIO E OUTRO(S) - SP229058
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748
RECORRIDO : FRANCISCO TEIXEIRA DOS SANTOS
RECORRIDO : WILSON TEIXEIRA DOS SANTOS
RECORRIDO : CARLOS ANDRE TEIXEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : AYRTON MENDES VIANNA E OUTRO(S) - SP110408
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : MARIA LUCIA BUGNI CARRERO SOARES E SILVA -
SP072208
MARCOS UMBERTO SERUFO - SP073809
MAURÍCIO NASCIMENTO DE ARAÚJO E OUTRO(S) -
SP230234

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão cujo tema é a responsabilidade securitária por vícios estruturais em imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro de Habitação.

O presente recurso foi sobrestado perante esta Corte, até conclusão do julgamento do Conflito de Competência n. 140.456/RS (fls. 366/367e).

Na decisão de fls. 371/372e, levantei o sobrestamento dos autos, conheci do Agravo e determinei sua conversão em Recurso Especial, sem prejuízo da aferição dos requisitos de admissibilidade, a ser realizada no momento processual oportuno.

É o relatório. Decido.

Por primeiro, registro que o conflito de competência instaurado nos autos do Recurso Especial n. 1.509.072/RS e autuado sob n. 140.456/RS, com a finalidade de definir a Seção competente desta Corte de Justiça para julgar os recursos relativos a seguro habitacional de imóveis construídos pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH nos quais se detectar eventual comprometimento do Fundo de Cobertura por Variação Salarial - FCVS, encontra-se pendente de análise pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

Tal situação, entretanto, não obsta a imediata baixa dos autos à origem

para a observância das regras impostas no Estatuto Processual, consoante entendimento dominante na 1ª Turma desta Corte.

Ademais, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 05.10.2018, por maioria de votos, nos autos do Recurso Extraordinário n. 827.996/DF, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa a possível interesse jurídico da Caixa Econômica Federal nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, a fim de atrair a competência da Justiça Federal para processar e julgar os feitos dessa natureza.

Assim, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Somente após tal providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser encaminhado a este Tribunal superior, para a análise das questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Posto isso, **determino a devolução dos autos ao tribunal de origem**, com a respectiva baixa.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora